

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CRISTIANE GIACOMETTI LAMEIRÃO

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: um estudo de caso com professores municipais

RIO DE JANEIRO

2019

Cristiane Giacometti Lameirão

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: um estudo de caso com professores municipais

Monografia submetida ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Vinicius Mothé Maia

RIO DE JANEIRO

2019

RESUMO

LAMEIRÃO, Cristiane Giacometti. **Educação Financeira:** um estudo de caso com professores municipais. 27f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

A educação financeira tem sido tema de grandes discussões devido às crises econômicas que se viveu nos últimos anos. Sua definição e seus impactos têm sido temas de diversos estudos. A educação financeira é um tema que atrai a atenção de todos, seja acadêmicos ou não, isso porque a administração das finanças pessoais de cada um é de interesse de todos. Em virtudes dos professores do ensino básico estarem no início do ciclo de ensino, seria interessante que esses funcionassem como disseminadores dos conhecimentos básicos de educação financeira. Porém, seria razoável questionar se os professores estariam capacitados para desempenharem essa função, por isso a presente monografia teve por objetivo observar como o nível de educação financeira de professores municipais se relaciona ao seu comportamento financeiro. Uma pesquisa de campo foi feita através da aplicação de questionário a professores de uma escola municipal localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Apoiando a pesquisa empírica realizou-se também uma revisão bibliográfica acerca da temática da educação financeira e da sua relação com as escolas de ensino básico.

Palavras-chave: Educação Financeira; Consumo Consciente; Planejamento Financeiro.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
2.1EXPANSÃO DO CRÉDITO E A ECONOMIA BRASILEIRA.....	6
2.2EDUCAÇÃO E PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL.....	8
2.2.1Ferramentas Financeiras utilizadas para Planejamento Pessoal.....	12
2.3EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS.....	14
3 METODOLOGIA.....	16
4 RESULTADOS DA PESQUISA.....	18
5 CONCLUSÃO.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29
APÊNDICE: MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO EM PESQUISA DE CAMPO.....	33

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira pode ser entendida como a “habilidade que os indivíduos têm de desenvolverem escolhas adequadas ao administrarem suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida” (HILL 2009 *apud* HONORATO, 2017 p. 16-17). O conjunto de conhecimentos que possibilitam esta habilidade também pode ser chamado por alfabetização financeira ou mesmo cidadania financeira. Araújo e Souza (2012) utilizam o termo “cidadania financeira”, definindo-a “como pleno exercício dos direitos e pelo cumprimento dos deveres dos cidadãos sobre suas finanças.” Sendo assim nota-se a importância do desenvolvimento desse conhecimento nas pessoas.

Acerca desse tópico, Mendes (2015) trata da importância em se estimular a reflexão no cidadão da sua relação o dinheiro e como deve ser feita a gestão de suas finanças pessoais. Dias, Arenas e Silva (2017), ressaltam a importância da educação financeira na tomada de decisões das famílias, no que se refere ao planejamento, metas e gastos, na medida em que possibilita aos indivíduos a capacidade de fazer boas escolhas que garantam uma boa gestão das finanças. Barreto (2013) aborda que o ensino da educação financeira relaciona-se à realização do sucesso financeiro individual, em contrapartida, a falta de conhecimentos básicos sobre o assunto acarreta problemas financeiros, que acabam por refletir na vida pessoal do cidadão.

Mendes (2015) observa que a boa gestão de recursos a nível familiar beneficia, no conjunto, toda a economia, visto que influencia os níveis de endividamento, inadimplência e investimentos. Ferreira (2017) concorda com esta relação ao concluir em sua pesquisa que o nível de conhecimento básico em educação financeira muda a vida dos sujeitos e da sociedade ao seu entorno.

Um estudo desenvolvido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no qual há uma análise dos projetos de educação financeira da Austrália, Japão, Coreia do Sul, Estados Unidos e Reino Unido constatou que o nível de renda e escolaridade dos envolvidos não gerava necessariamente uma maior habilidade em Educação Financeira (SILVA e POWELL, 2014). Outro resultado observado foi que os pesquisados acreditavam saber mais sobre educação financeira do realmente sabiam, o que é alarmante visto que esta percepção tem consequências negativas, uma vez que o indivíduo tomaria suas decisões considerando estar certo, sem procurar se informar mais por acreditar conhecer o suficiente sobre finanças pessoais (SILVA e POWELL, 2014).

Para que a educação financeira avance no Brasil, é necessário que os docentes tenham um conhecimento mínimo de Educação Financeira, permitindo a passagem de conhecimento

para os estudantes de Ensino Fundamental e Médio. Iniciativas vêm sendo implementadas para auxiliarem na capacitação dos professores. Entre eles, pode-se destacar capacitações oferecidas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com o governo do Estado do Rio e com a prefeitura (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018).

Considerando o que foi exposto, o seguinte problema da pesquisa é “Como o nível de educação financeira de professores municipais se relaciona ao seu comportamento financeiro?”. O objetivo geral da pesquisa é verificar a relação entre educação e os hábitos financeiros dos professores municipais.

O público-alvo e a própria pesquisa são relevantes, uma vez que os docentes podem ser multiplicadores no Ensino Fundamental e Ensino Médio, o que é proposto pela Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. O tema, também é relevante para toda a população, não apenas para os gestores públicos, pois é necessário que todos, independentemente de seu nível de instrução, saibam gerir seu próprio dinheiro.

A metodologia aplicada, foi a baseada em pesquisa bibliográfica, apoiada a uma pesquisa quantitativa, conclusiva, onde foi elaborado um questionário, em que foi aplicado em uma escola da Rede Municipal do Rio de Janeiro (mais informações, no capítulo 3, metodologia).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O conteúdo programático aqui apresentado foi desenvolvido com o objetivo de apresentar como docentes da rede Municipal lidam com a educação financeira no seu dia-a-dia. Com o intuito de facilitar o entendimento, o referencial foi dividido nos seguintes tópicos: (i) expansão do crédito e a economia brasileira; (ii) educação financeira; (iii) planejamento financeiro pessoal; quais as ferramentas financeiras utilizadas para que se faça um planejamento financeiro pessoal e; (iv) educação financeira com foco nas escolas de rede municipais de ensino.

2.1 Expansão Do Crédito e a Economia Brasileira

Conforme Trindade (2016), crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder parte do seu patrimônio a terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, após decorrido o prazo estipulado, normalmente uma operação desenvolvida por bancos. Esta parte do patrimônio pode estar materializada por dinheiro ou bens.

Segundo Moreira e Carvalho (2013), as políticas de crédito são instrumentos que medem o desempenho global de determinada empresa ou grupo. Crédito e débito tem significados muito diferentes no mundo contábil, do que se está acostumado de forma cotidiana. É errado associar o débito e o crédito da contabilidade, com “subtração” e “adição” do financeiro. O correto é associá-los aos termos Destino e Origem, respectivamente.

Sostisso (2015, p. 31) afirma que “o sucesso das finanças não depende do quanto se tem de receita, mas sim, de como essas receitas serão administradas”, porém, há uma diferença entre gestão financeira e gestão contábil, explicada melhor por Marco (2019), A Contabilidade é essencial para fornecer informações e sustentar bases para que uma visão de médio e longo prazo possa ser construída. A Gestão Financeira é quem poderá guiar todo o negócio no âmbito “micro gerencial” no dia a dia, no melhor caminho possível até alcançar esse objetivo final. Mesmo sendo diferentes, as duas se complementam e trabalham juntas.

Na política de crédito, segundo Moreira e Carvalho (2013), o credor – no caso, os bancos – define todos os elementos relevantes à concessão de seus ativos, cria mecanismos para cobrança dos inadimplentes e o credor adota estratégias de monitoramento e acompanhamento de seus clientes, essas ações salvaguardam a liquidez das operações creditícias

Em se tratando de crédito, o mesmo não é algo negativo, pelo contrário, o fato de haver muitas pessoas usufruindo do crédito é algo positivo, pois se traduz em melhor

qualidade de vida, aquisição da casa própria, educação e realização pessoal e familiar. O Brasil é o sétimo maior PIB mundial, conforme Amado (2011); porém, essa dinâmica do crédito só é possível com o risco dimensionado e bem gerenciado, quando tal fato não ocorre, a cobrança de juros elevados, executada pelos bancos para aqueles que não pagam o valor total das faturas, acabam resultando em problemas de endividamento.

Conforme citado por Trindade (2016), através de dados do Banco Central do Brasil do ano de 2016 trata de dois fatores que foram extremamente significativos na concessão de crédito durante 2004 e 2014 no Brasil: os indicadores de emprego e renda – as operações voltadas para pessoa física, grande parte foram voltadas para o financiamento imobiliário – e aquisição de bens. Em 2014 essas linhas de financiamento totalizaram 45% do montante. O endividamento das famílias brasileiras é cerca de 46% da renda anual. Logo, esse indicador não aparenta ser preocupante, quando comparado com a média mundial, que é de 130%.

No entanto, um dado alarmante é a taxa de juros dessas operações. Aproximadamente 21% da renda das famílias é destinada ao pagamento de juros e amortizações. Ainda, o índice brasileiro é considerado alto quando comparado com uma média mundial de 10%. Esse contraste decorre das taxas de juros mais elevadas vigentes e dos prazos ainda relativamente curtos dos empréstimos no país. Em 2015, as operações de crédito atingiram 54,7% do produto interno bruto do país. Desse montante, 25,6% foram destinados à pessoa física, abrangendo 54 milhões de brasileiros. (TRINDADE, 2016)

A expansão do crédito à pessoas física, por significar adiantamento de gastos, vem se constituindo um dos maiores elementos do consumo. Segundo estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), este é o mais longo ciclo expansionista de crédito dos últimos dez anos. Apesar dos elevados juros embutidos nas prestações, a clara melhoria do cenário externo da economia brasileira, associada à manutenção da inflação em níveis reduzidos, vem permitindo a oferta com prazos dilatados, de financiamentos às famílias, incorporando fatias crescentes da população ao mundo do crédito formal. (MOREIRA e CARVALHO, 2013 p. 125)

Uma desvantagem do uso do crédito, é a diminuição do limite de consumo futuro, inclusive com os juros, pois parte da renda do consumidor ficará comprometida com o pagamento das parcelas. Outra desvantagem está no risco de se endividar excessivamente, descontrolando o orçamento, e comprometendo a qualidade de vida. Com o passar dos meses, a parcela mensal pode pesar muito no orçamento quando somada às demais despesas e também ao acúmulo de novos empréstimos, financiamentos e compras parceladas. (MACÊDO, 2016)

Trindade (2016) finaliza sua fala explicando que devido ao cenário econômico restritivo, a qualidade das carteiras e as políticas de gerenciamento de risco de crédito das instituições financeiras focaram principalmente em iniciativas para renegociação preventiva e reestruturação de créditos inadimplentes. O fluxo mensal de reestruturações de dívidas alcançou um pico em junho de 2016.

É atribuído por Severo (2011) a causa do crescimento do endividamento e da falta de preparação financeira das famílias como consequência de um processo inflacionário que durou por décadas. Conforme o autor, tal problema só pode ser combatido por meio de uma mudança cultural financeira, adquirindo assim hábitos frugais e realizando uma cuidadosa gestão em suas finanças

Conforme Banco Central do Brasil (2016), dentre as ações para melhorar o nível de educação financeira no Brasil, está a implementação em 2011 da Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, estabelecido por decreto presidencial. Um dos focos prioritários das ações para a Educação Financeira estão as crianças e adolescentes que estão Educação Básica - Ensino Fundamental e Médio. Será tratado mais profundamente sobre o assunto no tópico a seguir.

2.2 Educação e Planejamento Financeiro Pessoal

Trindade (2016, p. 22) define o conceito de educação financeira “a habilidade de tomar decisões eficazes em relação ao uso de gestão do dinheiro”, e Barreto (2013) ressalta sua importância para a otimização da relação custos *versus* benefícios dos investimentos. Ainda segundo Barreto (2013), os indivíduos precisam dominar um conjunto amplo de propriedades formais que proporcione uma compreensão lógica e sem falhas das forças que influenciam o ambiente e as suas relações com os demais, fala que parte desse conjunto é adquirida pela educação financeira, permitindo o desenvolvimento das habilidades para que possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais, se tornando mais integrados com a sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro, melhorando o seu bem estar.

Lusardi e Mitchell (2007 *apud* TRINDADE, 2016) definem educação financeira como sendo a familiaridade com os conceitos econômicos necessários para a tomada de decisões financeiras conscientes. As pessoas com menor nível de educação financeira são mais propensas a acabarem em situação de super endividamento; têm menor probabilidade de participar do mercado de ações; são menos propensas a escolher fundos mútuos com taxas de

serviço mais baixas; menos propensas a acumular riqueza e gerir a riqueza de forma eficaz; e menos propensas a planejar a aposentadoria.

Macêdo (2016) explica que quando se é educado financeiramente, se tem um melhor controle do orçamento doméstico, cortando itens desnecessários, além de ter também um melhor controle dos investimentos. Quer dizer, o dinheiro rende mais, tendo em vista os planos de vida. A combinação de maximização de renda com minimização de despesas faz com que sobre mais dinheiro, ampliando o orçamento para compras. A educação financeira é importante para todos, até para os que pensam já saber sobre tudo e possuir um ótimo nível de educação formal, como citado por Tyson (2008 p. 36 *apud* SEVERO, 2011 p. 22):

Mesmo se você é “bem educado”, bem que você poderia aprender como extrair mais do seu dinheiro, do tempo e da energia que vai em fazer, gastar, economizar, investir, e protegê-lo. Além do mais, o básico de uma boa prática financeira (gastar menos do que se ganha, investir suas economias em meios comprovadas a longo prazo, garantindo uma cobertura de seguro adequada). Porém, muitas pessoas são inaptas a seguir essas regras.

Planejamento financeiro significa ordenar a nossa vida financeira de tal maneira que possamos sempre ter reservas para os imprevistos da vida e sistematicamente, vagarosamente, construir um patrimônio (financeiro e imobiliário), que garanta na aposentadoria fontes de renda suficientes para termos uma vida tranquila e confortável. A origem de todos os problemas financeiros está em conciliar os maus hábitos com a renda líquida de cada um. Existem duas coisas a se fazer com cada ganho real: poupá-lo ou gastá-lo, o segredo do sucesso está em encontrar esse “equilíbrio”. (SILVEIRA, 2014)

Segundo Macêdo (2016), é comum confundir educação financeira com aprender a fazer investimentos ou a conter gastos. Porém, consumir de maneira responsável e saber investir de forma segura, consciente e planejada é somente parte dos benefícios que a educação financeira pode proporcionar.

Sostisso (2015, p. 31) define planejamento como “um processo contínuo e dinâmico que consiste em um conjunto de ações integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade um objetivo traçado, de forma a possibilitar a tomada de decisões”.

Ivanowski (2015) define finanças pessoais como todas as atividades financeiras relativas a gestão do próprio dinheiro de um indivíduo ou de sua família. Refere-se a obtenção, aplicação, juros, rendimento do capital, controle das despesas e pagamentos.

Penteado (2010) afirma que o dinheiro é a energia de troca, então, para administrá-lo bem é necessário ter um planejamento de vida pessoal, saber que padrão de vida quer levar a curto, médio e longo prazo, quanto custa tal planejamento, e a partir daí, administrar é apenas

uma questão operacional.

Cantelle (2014) conta que a década de 80 trouxe vários agravantes para a economia no Brasil; os altos índices inflacionários e a estagnação econômica faziam com que a dívida pública interna crescesse e o dinheiro fosse inflacionado. Mesmo depois de vários planos econômicos como Cruzado, Bresser e Verão, não se obteve resultado suficiente para manter a estabilidade econômica. A população vivia “a curto prazo”, as várias oscilações que o dinheiro sofria não possibilitava às pessoas realizarem planejamentos de compra tanto de bens duráveis quanto não duráveis. Não havia linhas de crédito ao consumidor e a dívida quanto ao curto prazo trazia insegurança às pessoas.

Na década de 1990 o Brasil lançou um Programa de Estabilização econômica, o Plano Real:

O resultado esperado era eliminar a inflação elevada e substituir a moeda da época pelo real. Com o fim da inflação, a economia brasileira voltou a crescer e a política de restrição à expansão da moeda e do crédito fez com que houvesse crescimento com distribuição de renda. (CANTELLE, 2014 p. 12)

Cantelle (2014) diz que o planejamento financeiro neste novo cenário foi importante para as famílias que precisavam reajustar suas receitas aos seus gastos. Com a estabilização da moeda seria possível prever o valor do dinheiro pelos próximos meses, mas infelizmente grande parte dos brasileiros não possuía orientação para a educação financeira. Devido à cultura brasileira e às instabilidades políticas e econômicas, no geral a população não aderiu ao costume de poupar.

Em contraponto, Silva e Pereira (2015) informam que a organização financeira das famílias brasileiras na maioria das vezes não ocorre através de um planejamento familiar. O consumo só vem aumentando nos dias atuais, de forma inconsciente, gerando gastos excessivos, além do poder aquisitivo dos consumidores, gerando conseqüentemente o não pagamento de dívidas, e o não planejamento sobre o futuro, mesmo com pesquisas demonstrando que a expectativa de vida do brasileiro cresce a cada ano. Tais situações afetam a economia do país como um todo, diminuindo sua capacidade de investimento, afetando de forma negativa seu desenvolvimento como um todo.

Silveira (2014) afirma que ter controle sobre o orçamento facilita cultivar o hábito de poupar e de manter uma margem de segurança para gastos imprevistos, evitando não conseguir quitar suas dívidas. Também facilita a realização de sonhos, através da definição de metas e organização de uma margem de orçamento destinada ao mesmo.

Planejamento financeiro significa ordenar a nossa vida financeira de tal maneira que possamos sempre ter reservas para os imprevistos da vida e sistematicamente,

vagarosamente, construir um patrimônio (financeiro e imobiliário), que garanta na aposentadoria fontes de renda suficientes para termos uma vida tranquila e confortável. (CANTELLE, 2014 p. 14)

Segundo Sostisso (2015), planejamento financeiro significa traçar um plano, estabelecer e atingir um objetivo futuro. Assim permite que a pessoa de forma organizada tenha a plena visualização de como estão suas contas hoje e como elas ficarão em um período ao longo prazo. Ao criar metas fica mais fácil de poupar recursos, pois determinando prioridades os objetivos se tornam mais tangíveis.

Atualmente, a maioria dos indivíduos não costuma registra seus gastos e suas receitas e também não avaliam sua situação financeira antes de adquirir um bem, conforme constatou uma pesquisa nacional publicada no jornal Estado de São Paulo no ano de 2014; conseqüentemente, alguns indivíduos não conseguem pagar suas dívidas, além de não conseguirem atingir seus objetivos pessoais. O risco deste hábito é aumentar seu endividamento, tornando cada vez mais limitado sair desta situação. (OTTANI, *et al* 2016)

Macêdo (2016) afirma que somente a consciência financeira é capaz de transformar hábitos nocivos em benéficos, por meio da reflexão, incorporação de atitudes e adoção de práticas que visam uma vida financeira mais saudável. A falta de educação financeira retrata uma não valorização do dinheiro, acompanhada de um desperdício maior e desnecessário deste. Cantelle (2014) diz que a chave para o problema do orçamento é a educação. É necessário avaliar o que se ganha e no que se gasta. A planilha de controle mensal de gastos permite cortar os gastos excedentes e avaliar a melhor forma de reduzir as despesas fixas e variáveis. Planejar antecipadamente estimula o consumo consciente, movimentando a economia, gerando empregos, preservando o meio ambiente e o melhor de tudo: não desperdiçando dinheiro.

2.2.1 Ferramentas Financeiras utilizadas para Planejamento Pessoal

“Um dos itens mais importantes para organizar o orçamento familiar e pessoal é o planejamento” (CANTELLE, 2014 p. 13).

Segundo Bodie (1999 *apud* SILVEIRA, 2014) a administração financeira pessoal envolve quatro tipos básicos de decisões: (i) decisões de consumo e economia – quando a riqueza atual deve ser gasta em consumo e quando da renda atual deve se economizar para o futuro; (ii) decisões de investimento – como investir as sobras do orçamento; (iii) decisões de financiamento- quando e como usar o dinheiro de terceiros; (iv) decisões de administração de risco – buscar formas de reduzir as incertezas financeiras e estabelecer quando assumir riscos.

Cantelle (2014) afirma que um bom planejamento financeiro pessoal começa pela criação de um orçamento pessoal confiável, o que significa previsões com um satisfatório grau de precisão. O autor analisa que muitas pessoas se deparam com o fato de que as despesas projetadas são sempre superadas. Isto acontece, geralmente, porque o orçamento de despesas foi elaborado de modo incompleto. Considerando que as pessoas possuem necessidades ilimitadas e recursos limitados, é necessário equilibrar o que se ganha e o que se gasta, para não precisar abrir mão totalmente de bens e serviços, é necessário gerir.

Ottani *et al* (2016) dizem que o uso das ferramentas contábeis pode auxiliar o indivíduo a realizar suas convicções pessoais, visto que, por meio de um controle e planejamento financeiro, esse indivíduo terá significativas possibilidades de alcançá-las.

Macêdo (2016 p. 24) conclui que “planilhas, matemática, cálculos e orçamento são importantes ferramentas para administrar o dinheiro, mas é fundamental entender que apenas estas ferramentas não mudam o comportamento de uma pessoa, já que é preciso focar nos hábitos e costumes”.

Uma das principais causas das dificuldades financeiras, segundo Silveira (2014) está no desconhecimento das palavras *ativo e passivo*. Em um planejamento financeiro pessoal, faz-se necessário determinar o patrimônio líquido e o fluxo de caixa líquido da pessoa baseando-se em um balanço patrimonial típico de uma organização, assim, consegue-se saber para onde está indo o dinheiro. Balanço é a representação sintética dos componentes patrimoniais e de suas variações. Do ponto de vista estático, é a representação patrimonial em determinado momento. O balanço é composto de três elementos: ativo, passivo e patrimônio líquido. Em finanças pessoais, o Ativo é o conjunto formado pelos direitos e bens existentes, e o Passivo é representado pelas obrigações e dívidas, ambos sendo classificados em curto prazo (até 12 meses) ou em longo prazo (acima de 12 meses). A diferença entre Ativo e Passivo representa a sua riqueza ou Patrimônio Líquido. Quanto maior Patrimônio Líquido, maior é a riqueza (SILVEIRA, 2014).

Fluxo de Caixa é outra ferramenta financeira utilizada nas finanças pessoais, conforme Silveira (2014, p. 20). O mesmo é definido como “o instrumento de programação financeira que compreende as estimativas de entradas e saídas de caixa para certo período projetado”. O sucesso na gestão financeira pessoal pode ser alcançado através do planejamento adequado, que deverá ser aliado periodicamente para eliminar surpresas inesperadas. É necessário detalhar todo seu orçamento e calcular a diferença entre receitas e gastos, podendo se encontrar ao final em três situações distintas, segundo Macêdo (2007 p. 36 *apud* SILVEIRA, 2014): sinal verde – receitas maiores que despesas -; sinal amarelo – despesas iguais a receita;

sinal vermelho – receitas menores que despesas.

Análise de Demonstrativos é a última ferramenta financeira apresentada por Silveira (2014). O autor informa que ao analisar os demonstrativos, de forma criteriosa, atraindo-se informações úteis, visando a situação financeira do indivíduo. Os indicadores passam uma visão da situação dos demonstrativos. Segue abaixo alguns indicadores utilizados:

- Índice de Liquidez Corrente é utilizada para avaliar a real capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (passivo circulante) através de bens e direitos circulantes de curto prazo (ativo circulante). Se o índice ficar abaixo de 1, significa que as obrigações de uma família ou indivíduo superam seus recursos de curto prazo.
- Índice de Cobertura das Despesas demonstra o período em que os recursos de curto prazo poderão cobrir as despesas do indivíduo. Tal índice é bastante utilizado em situações de desemprego ou crise econômica. Tal indicador nunca deve ficar abaixo de 6.
- Índice de Endividamento, tal cálculo permite ter a noção de quanto de capital de terceiros está sendo utilizado para gerar lucros. Quanto menor a dependência de capital de terceiros, melhor é a situação financeira.
- Índice de Poupança demonstra o percentual de receita disponível para investimento. É necessário manter um índice de poupança elevado para que haja independência financeira. Tal índice tem como base a diferença entre receitas e despesas.

Sostisso (2015) afirma que são inúmeras as formas de realizar um planejamento financeiro com sucesso, primeiramente precisa-se entender suas finanças, logo definir os objetivos a serem alcançados, sempre anotar as receitas e despesas, nunca se esquecer de comparar preços ao comprar determinados produtos, são passos simples para aprender a poupar dinheiro e ter investimentos futuros.

2.3 Educação Financeira nas Escolas

Segundo Ottani *et al* (2016) os fatores históricos, como a falta de educação financeira no Brasil, anos de inflação, desinformação e erros cometidos por sucessivos governos do passado, resultaram em conceitos financeiros errôneos, absorvidos pela população.

Macêdo (2016) explica que sem educação financeira, as influências do meio (*marketing* e propaganda) interferem com muito mais sucesso (negativo) do que quando se

possui conhecimento sobre o assunto. Isto é comum no Brasil, onde a Educação Financeira não é um tema que faz parte da formação cultural dos indivíduos e da sociedade.

Cantelle (2014) alerta para a falta da educação financeira tanto nas famílias quanto na escola. Informa que o tema está se desenvolvendo nas escolas, mas enquanto isso é preciso conversar sobre o assunto em casa, mostrando sempre a importância do dinheiro. Organizar as finanças da família é um dos caminhos para um futuro tranquilo. Começar a tratar de assuntos financeiros com as crianças é uma das possibilidades de desenvolver uma sociedade saudável financeiramente.

Grando e Schneider (2011, p.197), ressaltam a relação entre escola e consumo: comenta a relação entre escola e consumo:

A educação para o consumo como matéria escolar já existe em vários países há alguns anos e tem sido vista pela Organização das Nações Unidas como a oportunidade de criar, inovar e mudar um país, pois a escola é a instituição mais capacitada para formar indivíduos autônomos, capazes de acompanhar as mudanças do mundo. Cidadãos preparados para viver num mundo globalizado.

As escolas têm grande potencial de disseminadores da Educação Financeira. Segundo Silva e Powell (2014, p. 17) uma das vantagens da utilização desse locus é a “possibilidade de se atingir um grande número de jovens e de poder influenciá-los desde cedo para terem hábitos saudáveis no uso do dinheiro”.

Ainda conforme entendimento de Silva e Powell (2014, p. 18) ao analisem as características da proposta da OCDE para a Educação Financeira, chegaram à conclusão de que o ensino desta deve “envolver conhecimento financeiro, compreensão, habilidades, comportamentos, atitudes e valores”. Este tema, inclusive, foi introduzido como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular em 2018. O mesmo tema ainda é apontado na Base de Matemática, havendo a recomendação de certos conteúdos serem trabalhados no “contexto” da Educação Financeira (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018)

Conforme a Secretaria de Educação Fundamental (1997 p. 25-26) os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental adotam quatro critérios para identificarem o que são temas transversais: “Urgência Social, Abrangência nacional, Possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e Favorecer a compreensão da realidade e a participação social”. É evidente, portanto, que mesmo o tema Educação Financeira não ter sido explicitamente citado em 1997, já poderia ter sido trabalhado por professores dentro deste escopo. Atualmente existem os seguintes eixos dentro dos temas transversais. Segundo Prado (2013) temas transversais são assuntos que não estão inseridos

em nenhuma disciplina específica, mas perpassam a todas como se fossem a elas pertencentes. OS PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais – ressaltam:

A educação para a cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 1997)

Contudo, para que o ensino da Educação Financeira tenha êxito, os professores têm que estar capacitados para este tema. E a realidade tem se mostrado bem diferente. Segundo uma pesquisa desenvolvida por Marcon *et al* (2017) com alguns docentes da rede pública estadual de Santa Catarina, 79,1% dos professores nunca haviam recebido capacitação sobre educação financeira.

A estabilidade da economia alcançada com o Plano Real e a crise de 2008 tiveram grande impacto nos padrões de consumo, em investimento e endividamento das famílias brasileiras. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009).

Cantelle (2014) diz que a educação não é um bem de mercado nem público, mas um bem misto, pois além dos ganhos diretos das pessoas, favorecendo também a mudança da sociedade. A recompensa oriunda da busca pelo desenvolvimento humano vai além da melhoria na qualidade de vida, influenciando na economia.

3 METODOLOGIA

Tal pesquisa possui caráter quantitativo, que segundo Malhotra et al. (2005, p. 114) “procura quantificar os dados, buscando uma evidência conclusiva, que é baseada em amostras grandes e representativas, aplicando a análise estatística”, também possui a característica de ser uma pesquisa conclusiva, que tem como objetivo “testar hipóteses específicas e examinar relacionamentos; possuindo as informações necessárias e nitidamente definidas, com pesquisa formal e estruturada, possuindo uma amostra grande e representativa; e seus achados são usados como entrada para a tomada de decisão” (MALHOTRA *et al*, 2005, p. 54).

A revisão bibliográfica feita se baseou em livros, monografias, teses e artigos acerca do tema proposto, com o foco em ajudar a responder, com o auxílio dos assuntos abordados, ao longo dos tópicos e subtópicos o objetivo geral: “como o nível de educação financeira de professores municipais se relaciona ao seu comportamento financeiro?”. Para que haja a complementação do que foi dito pelos autores, foi realizado também, uma pesquisa de campo na Escola Municipal Professora Jurema Peçanha Giraud, localizada em Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro, através de um questionário, definido por Malhotra (*et al*, 2005, p. 228) como “um conjunto formalizado de perguntas para se obter informações do entrevistado”, e é importante, pois segundo Malhotra (*et al* 2005, p. 226) “a padronização no processo de coleta de dados, é essencial para garantir dados consistentes e coerentes para a análise.”

O questionário, que pelo entendimento de Vergara (2012, p. 37) “é um método de coleta de dados de campo, de interagir com o campo composto por uma série ordenada de questões a respeito de variáveis e situações que o pesquisador deseja investigar”, foi aplicado na Escola Municipal Professora Jurema Peçanha Giraud, utilizando de dois métodos de aplicação: o primeiro por meio de questionário fixo, aplicado em março de 2019, com professores dos turnos da manhã e tarde; já a outra parte do questionário foi aplicado por meio da ferramenta de compartilhamento *Google Docs*, no grupo de *What'sApp* da Instituição, chamada de “Amigos do Jurema”, durante a segunda quinzena de março. As duas formas de aplicação foram autorizadas pelo Diretor da unidade Escolar e pelo Coordenador Pedagógico.

O questionário é composto por ao todo 13 questões (vide modelo do questionário aplicado no campo Apêndice) e tem como objetivo de formulação: (i) saber se há um hábito de planejamento orçamentário nas decisões de consumo dos entrevistados; (ii) identificar os tipos de investimentos realizados pelo grupo de estudo; (iii) verificar se possuem endividamento e suas possíveis causas; (iv) conhecer o perfil econômico da população

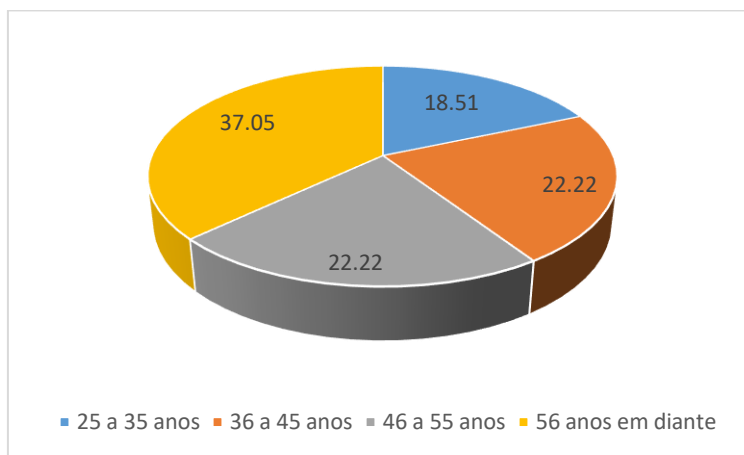
estudada; e (v) captar a percepção que o grupo estudado tem sobre a importância da educação financeira no currículo escolar.

Com os resultados obtidos no questionário, será possível “apresentar de forma mais estruturada e analisando-os” (VERGARA, 1997, p. 57). A amostra é composta por ao todo 27 pessoas – número total de docentes lotados na unidade de ensino Escola Municipal Professora Jurema Peçanha Giraud, escola essa com turmas do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), com turmas integrais, ativas nos turnos da manhã e tarde. Após a aplicação do questionário, o mesmo foi tabulado e analisado, sendo os resultados apresentados na seção seguinte,

4 RESULTADOS DA PESQUISA

A pergunta de número 1, onde se questiona a idade dos entrevistados, mostra que a maioria dos entrevistados possuem idades entre 56 anos ou mais, totalizando 10 votos, ou 37,05%; mostrou também um empate em duas faixas etárias dos profissionais: 36 a 45 anos e 46 a 55 anos com 6 votos, totalizando os dois individualmente 22,22%; seguido de professores com idade entre 25 a 35 anos, referentes a um total de 5 votos, ou 18,51%. A média da idade dos entrevistados é de 45,2 anos.

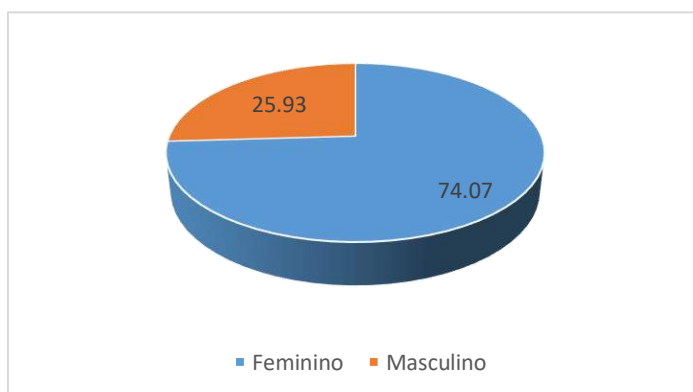
GRÁFICO 01: Questão um – Qual a sua idade?



Fonte: Própria, 2019.

A segunda pergunta, referente a idade dos entrevistados mostra que o quadro de professores da Escola é composto em sua maioria por mulheres, totalizando 74,07% ou 20 votos no total, quando os professores do sexo masculino são minoria no local, um total de 7 votos ou 25,93%.

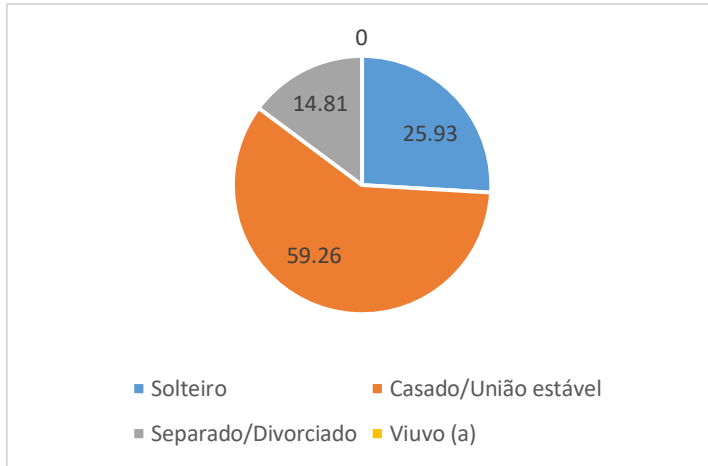
GRÁFICO 02: Questão dois – Sexo



Fonte: Própria, 2019.

A terceira questão, sobre o estado civil dos entrevistados, mostra que em sua maioria os entrevistados estão casados ou em uma união estável, cerca de 59,26% ou 16 votos, seguidos de solteiros, com 7 votos ou 25,93%, e separados com 4 votos, referentes a 14,81%. A Escola em questão não possui professores viúvos em seu quando de docentes.

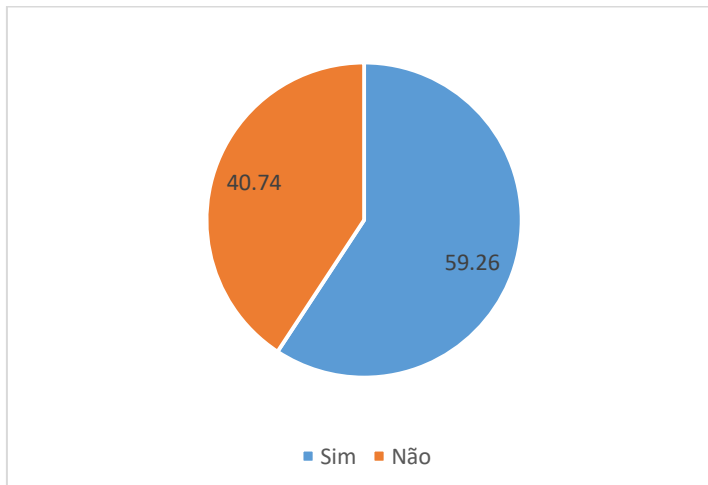
GRÁFICO 03: Questão três – Estado civil



Fonte: Própria, 2019.

Dos 27 professores entrevistados, 16 deles afirmaram ter filhos, um total de 59,26%, contra 40,74%, um total de 11 votos.

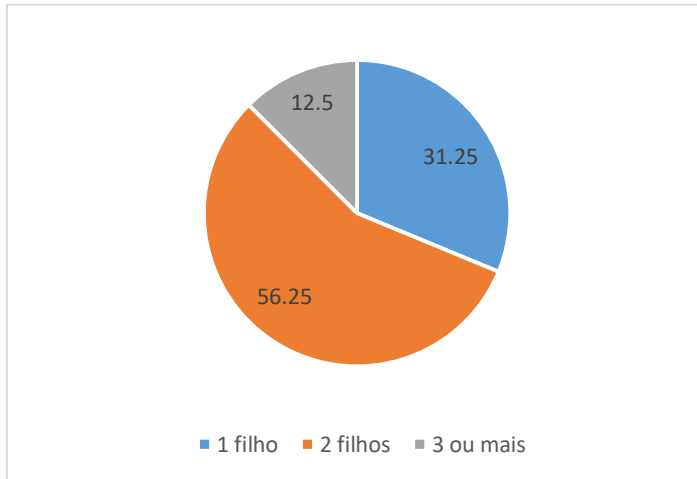
GRÁFICO 04: Questão quatro – Tem filhos?



Fonte: Própria, 2019.

Dos 16 professores que são pais e mães, sua maioria, um total de 9 votos ou 56,25% possuem até 2 filhos; 31,25% ou 5 votos num total de entrevistados possuem somente 1 filho; e 2 entrevistados um total de 12,5% possuem 3 filhos ou mais.

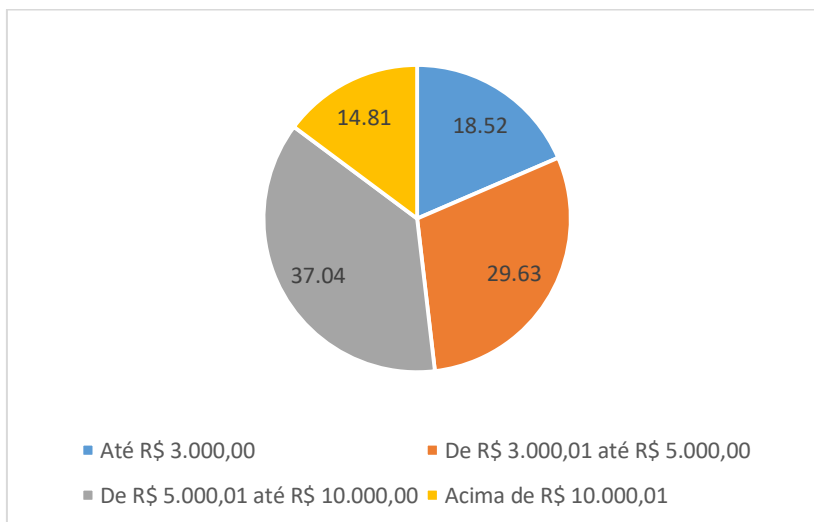
GRÁFICO 05: Questão quatro parte b – Quantos filhos tem?



Fonte: Própria, 2019.

A renda mensal unitária dos professores lotados no Jurema é em sua maioria de R\$ 5.000,01 até R\$ 10.000,00 com um total de 37,04% ou 10 votos; seguidos de R\$ 3.000,01 até R\$ 5.000,00 com 8 votos ou 29,63%; já os professores com renda até R\$ 3.000,00 são em torno de 5 votos ou 18,52%, os professores com renda superior a R\$ 10.000,01 são a minoria na unidade, um total de 14,81% ou 4 votos.

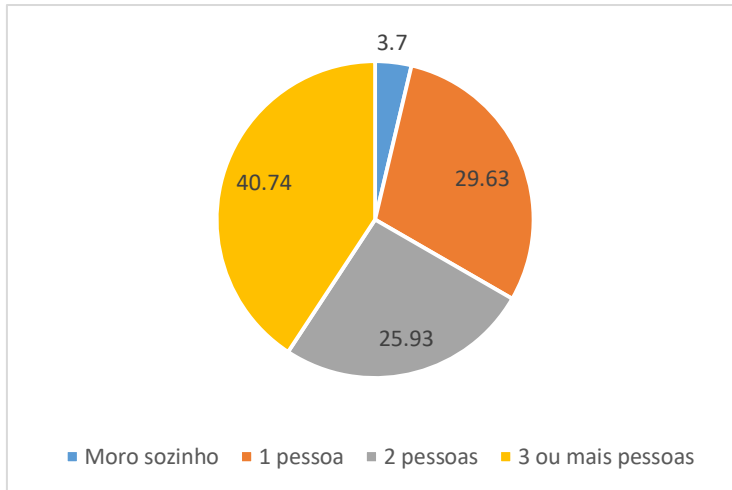
GRÁFICO 06: Questão cinco – Renda líquida mensal do entrevistado



Fonte: Própria, 2019.

Quando perguntados sobre a família, cerca de 11 entrevistados afirmaram morar com um total de 3 ou mais pessoas, um total de 40,74%; seguido de profissionais que moram com apenas 1 pessoa, um total de 8 votos, ou 29,63%; os residentes com 2 pessoas são 7 votos, ou um total de 25,93%, finalizando com apenas 1 entrevistado afirmando morar só, totalizando 3,7% do total.

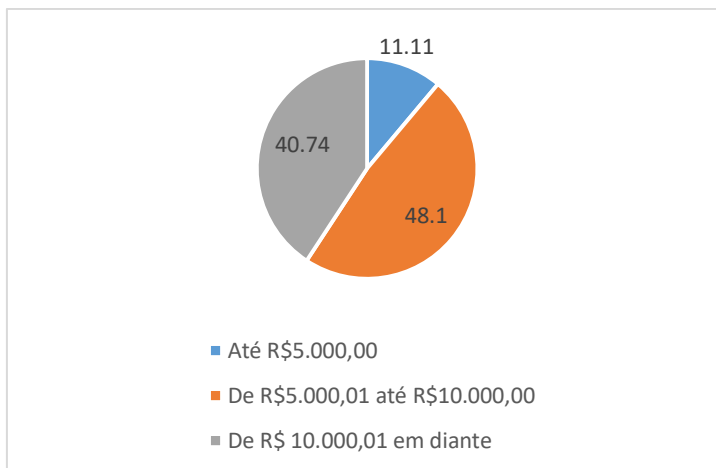
GRÁFICO 07: Questão seis – Quantas pessoas moram com você?



Fonte: Própria, 2019.

A renda mensal da família dos entrevistados é a seguinte: os que afirmam ganhar de R\$ 5.000,01 até R\$ 10.000,00 é maioria, um total de 48,14%; seguido dos que recebem de R\$ 10.000,001 em diante, com cerca de 40,74% dos votos; finalizando questionamento com professores que ganham até R\$ 5.000,00, com 3 votos, um total de 11,11% dos votos.

GRÁFICO 08: Questão seis parte b – Qual a renda líquida mensal da sua família?



Fonte: Própria, 2019.

Todos os entrevistados, um total de 27 pessoas, afirmaram nunca terem recebido nenhum tipo de capacitação com o foco em educação financeira por parte das Instituições de Ensino dos que trabalham ou trabalharam, um total de 100% do universo da amostra.

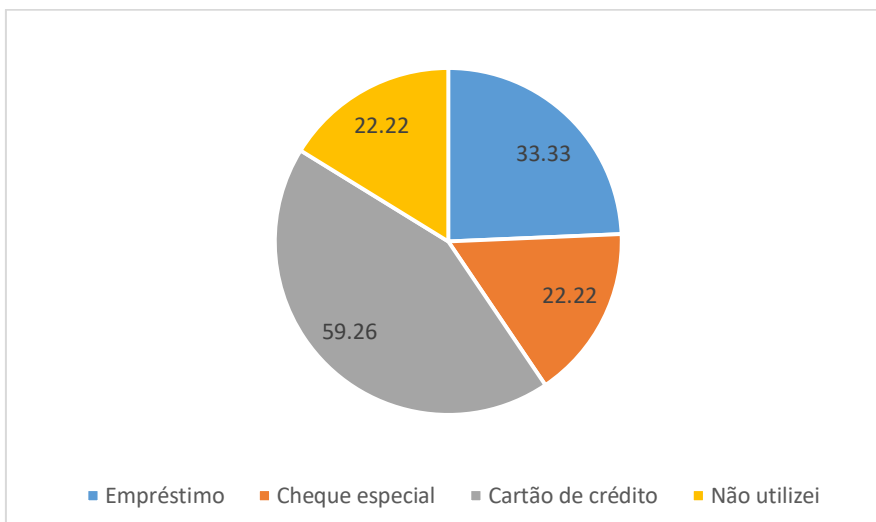
GRÁFICO 09: Questão sete – Já recebeu alguma capacitação sobre educação financeira por parte das Instituições em que trabalha/ou?



Fonte: Própria, 2019.

Das formas de endividamento mais utilizadas pelos entrevistados nos últimos dois anos foram (lembrando que os mesmos poderiam escolher mais de uma opção): cartão de crédito, com 16 votos; empréstimo, 9 votos; e cheque especial, com 6 votos. Apenas 6 dos entrevistados afirmaram não terem utilizados nenhuma forma de endividamento nesse período de tempo.

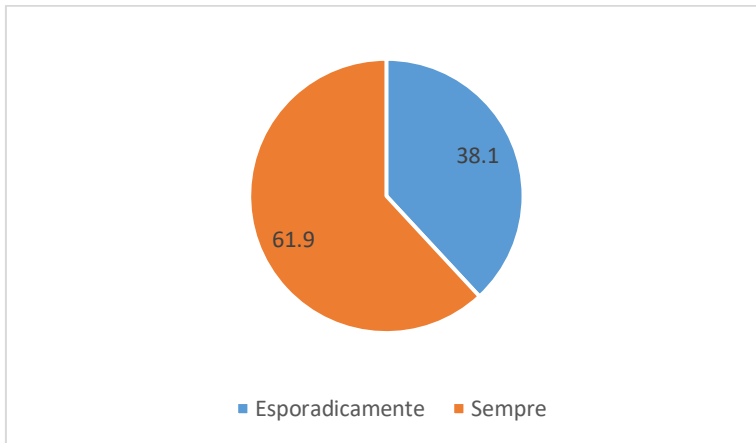
GRÁFICO 10: Questão oito – Formas de endividamento mais utilizadas nos últimos 24 meses pelos entrevistados



Fonte: Própria, 2019.

Dos 21 entrevistados que afirmaram utilizar formas de endividamento, afirmaram que as utilizam sempre, um total de 61,90% do total e 38,10% afirmam utilizar cartão de crédito, cheque especial ou empréstimos de forma esporádica – eventualmente, raramente, às vezes.

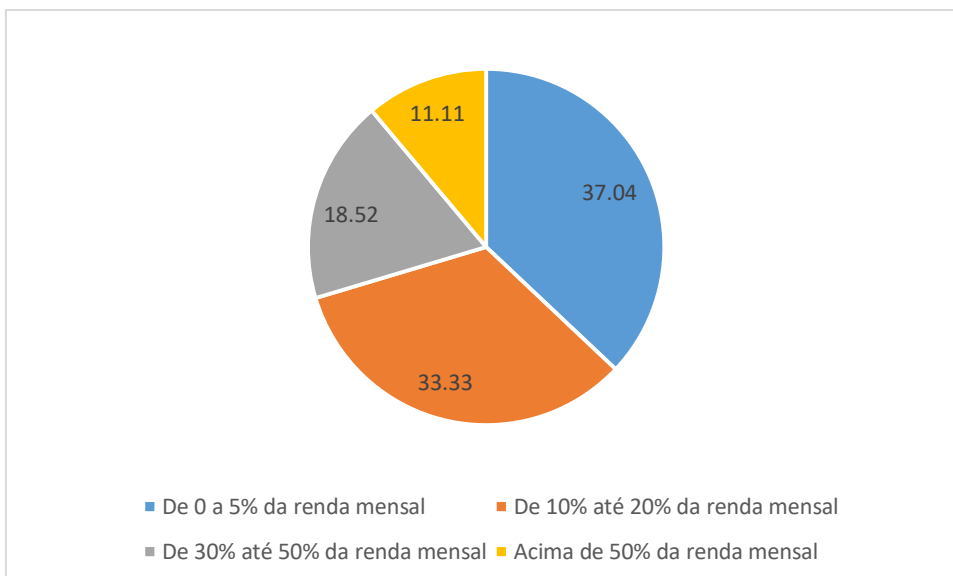
GRÁFICO 11: Questão oito parte b – Frequência com que os entrevistados utilizaram as formas de endividamento citadas



Fonte: Própria, 2019.

Quando foram questionados sobre a porcentagem que conseguiam guardar de seu salário por mês, a maioria, um total de 37,04% ou 10 votos, responderam conseguir guardar de 0 a 5% de sua renda total mensal; 33,33% afirmaram guardar de 10% a 20% de sua renda; 18,52% preservam de 30% a 50% da renda e apenas 11,11% conseguem guardar acima de 51% de sua renda mensal.

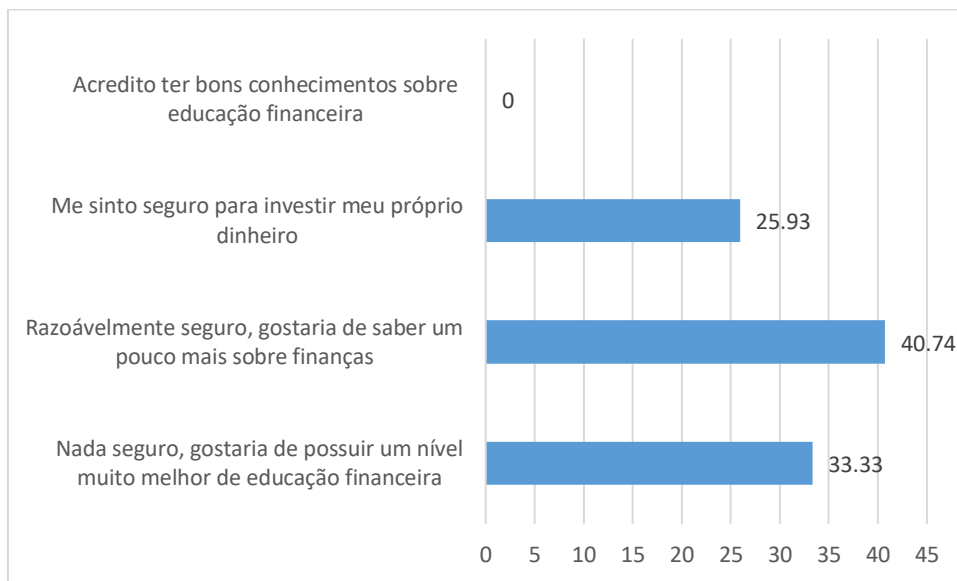
GRÁFICO 12: Questão nove – Porcentagem do salário que o entrevistado consegue poupar por mês



Fonte: Própria, 2019.

Questionados sobre como se sentiam sobre seus próprios conhecimentos para administrar seu dinheiro, a maioria, 40,74% dos entrevistados afirmaram se sentir razoavelmente seguros, seguidos de 33,33% que não se sentem nada seguros e que gostariam de ter um nível muito melhor quando o quesito é educação financeira; os que se sentem seguros para investir e cuidar de sua própria verba correspondem a 25,93% dos entrevistados. Nenhum dos entrevistados se sentem totalmente seguros e crendo terem excelentes conhecimentos sobre o tema educação financeiros.

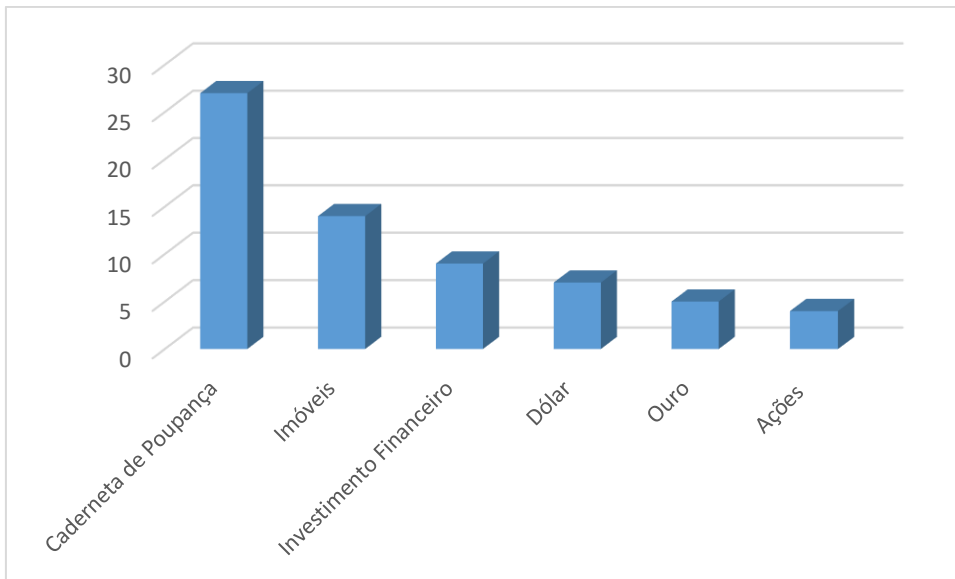
GRÁFICO 13: Questão dez – Como o entrevistado se sente sobre seus conhecimentos para administrar seu próprio dinheiro



Fonte: Própria, 2019.

Foram listadas 6 formas distintas de aplicação financeira, e os entrevistados foram questionados sobre quais delas eles conheciam (podendo escolher mais de uma opção de resposta): em primeiro lugar ficou a poupança, com um total de 27 votos – unânime; imóveis ficaram em segundo lugar, com 14 votos; investimento financeiro ficou em terceiro lugar, com 9 votos; Dólar teve 7 votos, ficando em quarto lugar; ouro em quinto com cinco votos no total; e ações em sexto com 4 votos. Na mesma pergunta foram questionados sobre conhecer mais alguma forma de aplicação distinta da listadas na questão, as aplicações conhecidas pelos entrevistados são: fundo de participação; tesouro direto, CDD e CDI; títulos de renda fixa.

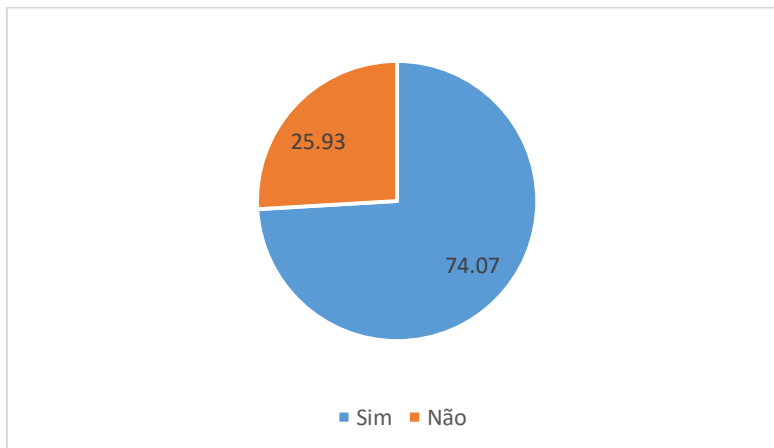
GRÁFICO 14: Questão onze – Aplicações mais conhecidas pelos entrevistados



Fonte: Própria, 2019.

A grande maioria dos entrevistados, 74,07% ou 20 pessoas afirmam realizar um acompanhamento de seus gastos; já 25,93% ou 7 indivíduos afirmaram não realizar tal acompanhamento financeiro mensalmente.

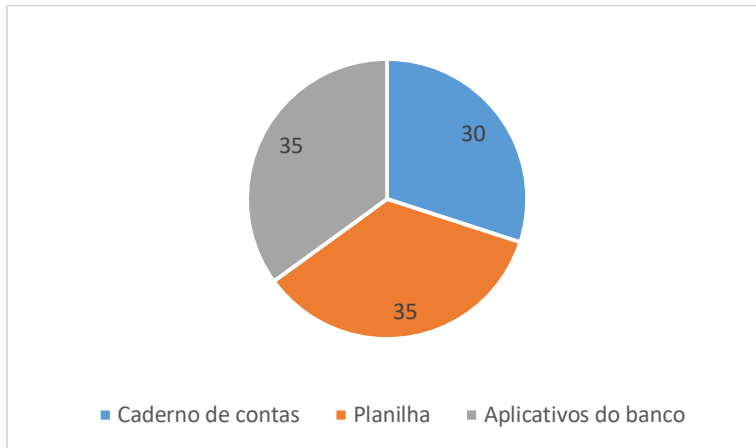
GRÁFICO 15: Questão doze – Realiza acompanhamento financeiro mensal?



Fonte: Própria, 2019.

As formas de acompanhamento de gastos mais citadas pelos entrevistados foram: aplicativos específicos e de bancos e planilha, com 7 votos cada um cerca de 35%; caderno de contas, com 6 votos e 30% do total.

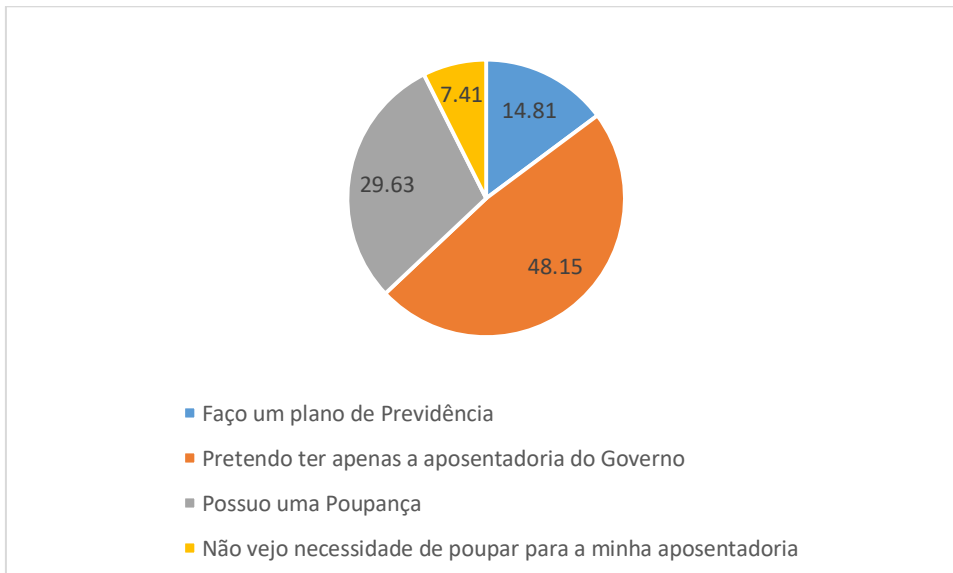
GRÁFICO 16: Questão doze parte b – Quais as formas utilizadas pelos entrevistados para acompanhamento financeiro mensal



Fonte: Própria, 2019.

A última questão a ser perguntada foi sobre as medidas adotadas pelos entrevistados com relação a aposentadoria, onde sua maioria, cerca de 48,15% pretendem viver com a aposentadoria do Governo; 29,63% possuem uma poupança para quando chegarem na velhice; 14,81% possuem um Plano da Previdência e apenas 7,41% não veem necessidade de poupar para a aposentadoria.

GRÁFICO 17: Questão treze – Com relação à aposentadoria..



Fonte: Própria, 2019.

Através da análise dos resultados, com base no universo de amostra utilizado, entende-se que:

- A forma de endividamento mais utilizada pelos entrevistados é o cartão de crédito, de maneira esporádica;
- As mulheres são quem sustentam ou contribuem com cerca de 70% ou mais da renda mensal familiar, independente de serem casadas ou solteiras;
- O entrevistados conseguem poupar no máximo 5% de seu salário ao mês, alguns deles não conseguem poupá-lo nem 0,1%;
- A forma mais utilizada para acompanhamento de gastos utilizados pelos entrevistados são aplicativos bancários e/ou planilhas eletrônicas;
- Os entrevistados com 2 filhos ou mais, conseguem poupar no máximo 20% do seu salário mensal;
- Os docentes entrevistados que mais conseguem poupar são os solteiros, sem filhos, em sua maioria do sexo masculino.

5 CONCLUSÃO

O projeto apresentado buscou analisar através de uma pesquisa de campo realizada durante o mês de março de 2019, em uma Escola Municipal localizada em Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro, o perfil dos professores lotados nessa Instituição em questão.

O resultado da pesquisa trás a tona o objetivo exposto na introdução que é resumidamente “como o nível de educação financeira de professores municipais se relaciona ao seu comportamento financeiro?”, conclui-se portanto, baseado no resultado da pesquisa de campo, que o nível de educação financeira dos entrevistados é baixo, tendo como consequência a má administração de seu salário mensal e dinheiro extra, sendo necessário o uso de empréstimo monetário periodicamente.

A partir do estudo, verificou-se também que, grande parte dos entrevistados são a única fonte de renda dentro de casa, sustentando muitas pessoas, sobrando poupo ou muitas vezes nada para despesas emergenciais ou para poupar para o futuro.

Outro fato de destaque é que através da pesquisa, pode-se verificar que, Organizações, mais precisamente nesse caso, denominadas como Instituições de Ensino (pois estamos lidando com professores) não se importam em investir em cursos voltados para a capacitação financeira para seus funcionários, medida que provavelmente poderia evitar problemas financeiros, a capacitação financeira também seria essencial para que por parte dela, os professores, após adquirirem o conhecimento na área em questão, poderiam se tornar multiplicadores desse tipo de conhecimento, tanto em casa quanto nas escolas em que lecionam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEU, João Ricardo. **A Educação Financeira e sua influencia nas decisões de consumo e investimento:** proposta de inserção da disciplina na matriz curricular.2009. 91f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, São Paulo.

AMADO, Mauro Dal Ponte. **Estudo das Finanças Pessoais:** educação financeira de ingressantes na universidade. [Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a obtenção do grau de Bacharel em Administração – Universidade Federal do Rio Grande do Sul] Porto Alegre, 2011.

ARAÚJO, Fabio de Almeida Lopes; SOUZA, Marcos Aguerri Pimeneta. **Educação Financeira para um Brasil sustentável:** evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão. Trabalhos para Discussão do Banco Central. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD280.pdf>> Acesso em 19 de novembro de 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Brasil:** implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira. 2016. Disponível em:<https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/estrategia_nacional_educacao_financeira_enef.pdf> . Acesso em: 18 de novembro de 2018.

_____. **O Banco Central e a Educação Financeira.** Website: Banco Central do Brasil. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fbcuniversidade%2Fintroducaopef.asp>> 2019. Acesso em 20 jan. 2019.

_____. **Série – Cidadania Financeira:** estudos sobre educação, proteção e inclusão. 5. Ed. 2016. Disponível na versão online em: <<http://www.bcb.gov.br/?CIDADANIAFINANCEIRA>> acesso em 25 de janeiro de 2019.

BARRETO, Katarine Olímpio Manique. **Educação Financeira, um Estudo Sobre sua Importância para Investidores da Cidade de Criciúma e Região.** [Monografia submetida para a obtenção do grau de Bacharelado – Universidade Federal de Santa Catarina]. Florianópolis, 2013.

CANTELLE, Larissa Martauz. **Finanças Pessoais:** a importância da utilização do orçamento familiar. [Monografia apresentada para a obtenção do Título de Especialista em Gestão de Negócios – Universidade Federal do Paraná, UFPR]. Curitiba, 2014.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: Markon Books, 1996.

DIAS, Carina de Oliveira; ARENAS, Nádia Caren dos Santos; ARENAS, Marlene Valeiro dos Santos; SILVA, Rosália Maria Passos da. **Perfil de educação financeira dos acadêmicos dos cursos de ciências contábeis, administração e economia de uma instituição federal de ensino superior brasileira.** In: Colóquio internacional de gestão universitária: Universidade, desenvolvimento e futuro na Sociedade do Conhecimento , 17, 2017, Mar del Plata. **Anais...** Mar del Plata:Argentina, 2017.

FERREIRA, Juliana Cezário. A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida. **Caderno de Administração**, v.11, n.1, p. 1-17, 2017.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Capacitação em Educação Financeira**. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=6892083>> desde 16/05/2018 acesso em: 18 de novembro de 2018.

GRANDO, Neiva Ignês; SCHNEIDER, Ido José. Educação financeira: o que pensam alunos e professores. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 40, n. 26, p. 195-219, jan./jun. 2011

HONORATO, Talyta Ferreira. **Educação Financeira: percepção dos discentes nos colégios estaduais de Rio Verde – GO**. 2017. 72f. Monografia (conclusão do curso) – Universidade de Rio Verde, Faculdade de Ciências Contábeis, Goiás.

IVANOWSKY, Lucas de Oliveira. **Finanças Pessoais: estudo de caso com alunos de ciências contábeis da Universidade de Brasília**. [Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis – Universidade de Brasília] Brasília – DF, 2015.

MACÊDO, Sarah Martins de. **A Importância da Educação Financeira nas Escolas na Perspectiva do Consumo Infantil**. [Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Economia – Universidade Federal Rural de Pernambuco]. Recife, 2016.

MACHADO, Diego da Rocha. **Educação Financeira nas escolas de Porto Alegre**. 2011. 73f. Monografia (conclusão de curso) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Porto Alegre.

MALHOTRA, Naresh K; ROCHA, Ismael; LAUDISIO, Maria Cecilia; ALTHEMAN, Édman; BORGES, Fabio Mariano. **Introdução à Pesquisa de Marketing**. [Tradutor: Robert Brian Taylor]. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

MARCO CONTABILIDADE E GESTÃO. **Contabilidade e Gestão Financeira: qual é a diferença?** Disponível em <<http://www.marcocontabilidade.com.br/blog/post/contabilidade-e-gestao-financeira-qual-a-diferenca/>> desde 2019. Acesso em 23 de maio de 2019.

MARCON, Domingos Pignatelli; LAPOLLI, Marilene da Rosa; DOMINGOS, Bárbara Beatriz da Silva; SILVA, Marcelo Miguel da. **Educação Financeira para Professores da Rede Pública Estadual**. In: Encontro Nacional de Cursos de Graduação em Administração, 28, 2017, Brasília. Anais... Brasília: 2017.

MARTINS, Ana Quitéria Nunes. **Formação da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Governo Brasileiro**. 2013. 98f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz., Rio de Janeiro.

MENDES, Juliana de Souza. **Educação financeira para uma melhor qualidade de vida**. 2015. 39f. Trabalho de conclusão de curso de Pós- graduação – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conferências sobre Educação Financeira Acontecerão em Maio. **Portal do Governo Brasileiro.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35987-educacao-financeira> desde 2018. Acesso em: 18 de novembro de 2018.

MOREIRA, Romilson do Carmo; CARVALHO, Henrique Levi Freitas Sena de. As Finanças Pessoais dos Professores da Rede Municipal de Ensino de Campo Formoso – BA: um estudo na Escola José de Anchieta. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, ISSN 2238-5320, UNEB, Salvador, v. 3, nº 1. Jan/Abr, 2013.

OTTANI, Denise de Souza; CARVALHO, Fernando Nitz de; CAMPOS, Édson Telê; CUNHA, Adriano Sérgio da. Contabilidade Aplicada às Finanças Pessoais: um estudo de caso com os acadêmicos do Centro Universitário Municipal São José. **Revista Observatório de La Economía Latinoamericana.** Brasil, (mayo 2016).

PENTEADO. João Paulo Tribst. **Gestão de Finanças Pessoais.** [Monografia apresentada para a obtenção do título de Bacharel em Administração – Universidade de São Paulo] Ribeirão Preto, 2010.

PRADO, Rosane de Souza. **Educação Financeira no Ensino Fundamental I.** 2013. 50f. Monografia (conclusão de curso) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. **Decreto de nº 7.397, de 22 de Dezembro de 2010.** Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm desde 2010. Acesso em 19 de novembro de 2018.

RIO PREVIDÊNCIA. **ENEF e AEF-Brasil renovam plataforma virtual de Educação Financeira.** 2017. Disponível em: https://www.rioprevidencia.rj.gov.br/EscolaFinanceira/AlertaEducacaoFinanceira/RP_018626 < > Acesso em 19 de novembro de 2018.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento.** 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, Liana Ribeiro dos. Educação Financeira na Agenda da Responsabilidade Social Empresarial. In: **Boletim de Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro.** Ano 4, Nº 39, 2009.

SARAIVA, Karla Schuck. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. Educar em **Revista Curitiba**, Brasil, n. 66, p. 157-173, out./dez. 2017.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Brasil. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.

SEVERO, Rafael Figueira. **Educação Financeira:** percepções do público alvo e preferências em relação à educação financeira e à formatação de um curso. [Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a obtenção do grau de Bacharel em Administração – Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Porto Alegre, 2011.

SILVA, Amarildo. Melchiades; POWELL; Arthur. Belford. **Educação Financeira na Escola: A perspectiva da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.** Boletim Gepem, Nº 66 – jan. / jun. 2014. Disponível em: <<http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/gepem.2015.024>> Acesso em 18 de novembro de 2018.

SILVA, Thiago Costa da; PEREIRA, Wilerson de Almeida. **Educação Financeira para Alunos do Ensino Médio em Macapá – AP.** [Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a obtenção do grau de Professor em Licenciatura Plena em Matemática – Universidade Federal do Amapá]. Macapá, 2015.

SILVEIRA, Matheus da Silva. **Gestão Financeira Pessoal e Tomada de Decisão de Investimento.** [Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a obtenção do grau de Bacharel em Administração – Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Porto Alegre 2014.

SOSTISSO, Michele Bitencourt. **Finanças Pessoais: um estudo de caso dos estudantes do curso de administração da Unesc.** [Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração – Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC]. Criciúma, 2015.

SYMPLA. **Capacitação Interdisciplinar de Professores à Distância em Educação Financeira, Matemática e Tic's.** Disponível em: https://www.sympla.com.br/capacitacao-interdisciplinar-de-professores--a-distancia-em-matematica-e-educacao-financeira__382629 desde 2018. Acesso em 18/11/2018.

TRINDADE, Juliana Valério. **Um Estudo sobre o Nível de Educação Financeira e a Experiência do Uso de Operações de Crédito entre Jovens e Adultos Brasileiros.** [Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a obtenção do grau de Bacharel em Administração – Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Porto Alegre, 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Métodos de Coleta de Dados no Campo.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

APÊNDICE
MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO EM PESQUISA DE CAMPO

1- Qual a sua idade?

_____ anos.

2- Sexo:

() Feminino

() Masculino

3- Estado civil?

() Solteiro

() Casado/União estável

() Separado/Divorciado

() Viúvo (a)

4- Tem filhos?

() Sim

() Não

Se sim, quantos? _____

5- Qual a sua renda líquida mensal?

R\$ _____

6- Quantas pessoas moram com você? _____ pessoas. Qual a renda líquida total da sua família? R\$ _____

7- Você já recebeu alguma capacitação sobre educação financeira por parte da(s) Escolas em que você trabalha/ou?

() Sim.

() Não

Se sim, qual? _____

8- Das formas de endividamento destacadas a seguir, você utilizou nos últimos dos 2 (dois) anos?

() Empréstimo

() Cheque especial

() Cartão de crédito

Se sim, com que frequência? _____

9- Que porcentagem da sua renda líquida mensal você consegue poupar?

_____ %

10- Como você se sente a respeito de seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro?

- () Nada seguro, gostaria de possuir um nível muito melhor de educação financeira
- () Razoavelmente seguro, gostaria de saber um pouco mais sobre finanças
- () Me sinto seguro para investir meu próprio dinheiro
- () Acredito ter bons conhecimentos sobre educação financeira

11- Das aplicações a seguir, qual delas você conhece? (pode marcar mais de uma alternativa)

- () Caderneta de poupança
- () Ouro
- () Dólar
- () Ações
- () Imóveis
- () Fundos de investimentos
- () Outros meios de investimentos: _____

Qual delas você utilizou nos últimos 24 meses? _____

12- Você realiza acompanhamento de seus gastos mensais?

- () Sim
- () Não

Se sim, como acompanha? _____

13- Com relação à aposentadoria, qual das alternativas abaixo mais representa sua situação:

- () Faço um Plano de Previdência
- () Pretendo ter apenas a aposentadoria do Governo
- () Possuo uma Poupança
- () Não vejo necessidade de poupar para a minha aposentadoria